



Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, fala ao lado do senador Delcídio do Amaral (D): Brasil tem "muitas alavancas que podem ser acionadas"

Para Coutinho, do BNDES, crise não impede crescimento 3

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.558 – Brasília, quarta-feira, 9 de novembro de 2011



Gurgacz (E), Braga, Luiz Henrique, Viana e Pinheiro na votação de ontem

Código Florestal avança no Senado

Em meio a protestos que resultaram em uma detenção, duas comissões aprovaram o texto-base. Destaques ficaram para hoje

As comissões de Agricultura e de Ciência e Tecnologia aprovaram ontem o relatório do senador Luiz Henrique ao projeto do novo Código Florestal, que prevê regras permanentes, sobre uso e proteção de florestas, e transitórias, sobre a recomposição de áreas desmatadas. Hoje

serão analisados pontos polêmicos, como as regras das áreas de proteção permanente. Fora da sala da comissão, um protesto terminou em confronto com policiais legislativos. Um deles imobilizou um estudante com choque de pistola e foi afastado pelo presidente do Senado, José Sarney. 4 e 5



Em confronto com Polícia do Senado, manifestante é atingido por descarga elétrica

Geógrafa propõe bioprodução na Amazônia 5

TCU aponta irregularidades em 191 obras públicas

Tribunal recomenda paralisação de 26 obras, incluindo a de expansão do metrô no Rio de Janeiro e a da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. 2



Sarney recebe o Relatório de Fiscalização de Obras, entre Flexa Ribeiro (E), Raimundo Carreiro, Benjamin Zymler, Ana Amélia e João Durval

Advogados da União alertam para evasão de servidores 6

Mulheres cobram mais ação contra desigualdade 7

Plenário aprova oito indicações de autoridades públicas

Passam os nomes de três embaixadores, dois diretores da Anatel e três conselheiros para o MP. 6

Senadores e entidades unidos pela Ficha Limpa

O Supremo Tribunal Federal decide hoje sobre a validade da Lei da Ficha Limpa. Ontem, senadores e entidades sociais defenderam a norma em audiência. 8



Paulo Paim (C) e Pedro Simon com o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, em debate na CDH



Ministros do TCU, Raimundo Carreiro e Benjamin Zymler entregam o relatório ao presidente do Senado, José Sarney

TCU encontra irregularidades graves em 191 obras no país

Relatório entregue ontem ao presidente do Senado recomenda a paralisação de 26 obras, incluindo a linha 3 do metrô do Rio de Janeiro e a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu ontem do Tribunal de Contas da União (TCU) o *Relatório de Fiscalização de Obras de 2011* (Fiscobras 2011), que recomenda a paralisação de 26 obras, como a da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e a da linha 3 do metrô do Rio de Janeiro. Em 2011, o TCU fiscalizou 230 obras e encontrou irregularidades graves em 191 – principalmente superfaturamento e projeto básico deficiente.

O relatório – que subsidia a Comissão Mista de Orçamento (CMO) para a distribuição de recursos orçamentários para o próximo ano – foi entregue pelo presidente do TCU, Benjamin Zymler, e por Raimundo Carreiro, ministro do TCU e relator do Fiscobras.

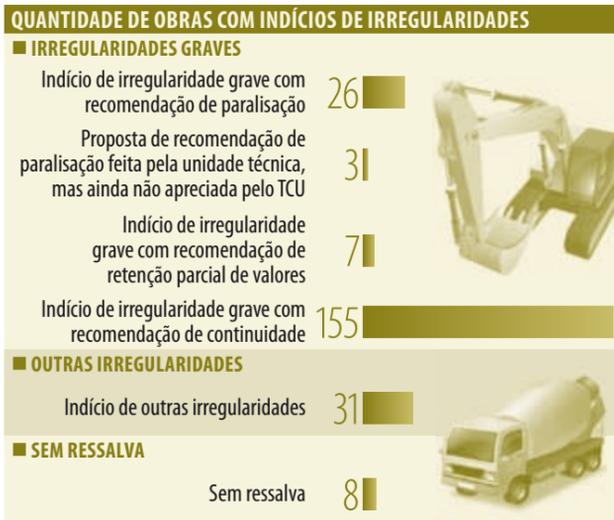
Zymler disse esperar que as recomendações sejam atendidas, pois as correções das irregularidades podem evitar a paralisação das obras. Segundo ele, as correções propostas podem gerar benefícios de até R\$ 2,6 bilhões aos cofres públicos.

– Esse valor representa duas vezes o orçamento do próprio TCU – disse Zymler.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias determina que o TCU encaminhe relatório anual ao Congresso com a situação geral das obras analisadas. O Congresso, por meio da CMO, tem o poder de suspender o repasse de verbas para as obras indicadas pelo TCU, até que as irregularidades sejam sanadas.

Fiscobras 2011

Os principais problemas apontados no relatório do Tribunal de Contas da União são superfaturamento e projeto básico deficiente



- OBRAS COM RECOMENDAÇÃO DE PARALISAÇÃO**
- Ampliação do sistema de esgoto da Ilha de São Luís (MA) ■ Av. Marginal Leste – controle de enchentes no rio Poty – Teresina
 - Canal do Sertão (AL) ■ Conclusão das obras do complexo viário Baquirivu – Guarulhos (SP)
 - Construção da barragem de Congonhas (MG) ■ Construção de barragem no rio Arraias – Arraias (TO) ■ Drenagem de Tabuleiro do Martins – Maceió
 - Ferrovias Norte-Sul (TO) ■ Implantação da linha 3 do metrô do Rio de Janeiro
 - Restauração, duplicação e melhoramentos na Rodovia BR-050 (MG)
 - Sistema de esgotamento sanitário de Porto Velho ■ Construção da Refinaria Abreu e Lima – Recife
 - Adequação de trecho rodoviário – divisa SE/BA – na BR-101 (BA) ■ Melhoria de capacidade incluindo duplicação da BR-116 (RS)
 - Implantação e pavimentação da BR-448 (RS) ■ Construção da barragem de Oiticica (RN) ■ Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Caetité-Barreiras (BA)
 - Contorno rodoviário no município de Maringá na BR-376 (PR) ■ Construção de ferrovias – fornecimento de trilhos (BA) ■ Ponte sobre o rio Araguaia na BR-153 Xambioá-São Geraldo do Araguaia (TO) ■ Trechos rodoviários no corredor Oeste-Norte/ BR-163 (PA) ■ Obras de abastecimento de água em Alto Paraguai (MT) ■ Obras de abastecimento de água em Augusto Corrêa (PA)
 - Obras de drenagem em Plácido de Castro (AC) ■ Obras de esgotamento sanitário em Jauru (MT) ■ Obras de esgotamento sanitário em Pilar (AL)

Biblioteca do Senado investe em interatividade

Na comemoração dos 36 anos da Rede Virtual de Bibliotecas, ontem, a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, destacou que os sistemas de automação

tendem para a integração do usuário com o catálogo.

– Nós vamos colocar informação digital, textos completos da melhor forma possível. O 1º secretário do Senado,

Cícero Lucena (PSDB-PB), espera que em pouco tempo o acervo esteja disponível pela internet, e a diretora-geral da Casa, Doris Peixoto, considera a modernização da gestão dos acervos públicos um patrimônio de valor incalculável.

A comemoração reuniu na Biblioteca do Senado representantes da Câmara, do Supremo Tribunal Federal, do Ministério da Justiça e de outras dez instituições. Eles assinaram termo de cooperação técnica para manter o compartilhamento dos recursos bibliográficos. A Biblioteca do Senado, coordenadora da rede, forma com as conveniadas um banco de dados de mais de 900 mil livros, periódicos e documentos.



Simone Bastos e Doris Peixoto ouvem Cícero Lucena falar sobre acesso ao acervo

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Projetos de lei de conversão

14h A sessão deliberativa de hoje continua com a pauta trancada por três projetos de lei de conversão.

Presidência Livro de Gilmar Mendes

11h José Sarney recebe o presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Marco Antônio Rey de Faria; às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária. Às 19h, participa do lançamento do livro *Estado de Direito e Jurisdição Constitucional 2002-2010*, do ministro Gilmar Mendes.

CCT/CRA Código Florestal

8h30 Reunião conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o novo Código Florestal.

CAS Áreas de preservação permanente

9h Entre outras matérias, a Comissão de Assuntos Sociais analisa proposta que trata da concessão de incentivos fiscais para recomposição de áreas de preservação permanente e de reserva florestal legal. Discussão e votação de emendas ao Plano Plurianual 2012–2015.

CMA Água e transdisciplinaridade

9h Em conjunto com o Centro de Estudo Transdisciplinar da Água (CET-Água), realização do 1º Seminário Internacional Água e Transdisciplinaridade: para uma ecologia de saberes. Às 14h, a Comissão de Meio Ambiente promove audiência pública sobre o tema “A reforma do Código Florestal e as cidades”.

CDH Terra indígena Maró

9h Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater violações aos direitos humanos e delimitação da terra indígena Maró, região oeste do Pará. Antes, a comissão vota emendas ao projeto do Plano Plurianual 2012–2015.

CCJ Motorista alcoolizado

10h Na pauta, projeto que prevê mais rigor para motorista alcoolizado. Também em análise proposta que determina, no caso de condenação por crime hediondo, que a pena seja cumprida em penitenciária federal de segurança máxima, até que ocorra a progressão de regime.

CE Graduação em serviço social

10h “Educação a distância e o âmbito dos cursos de graduação em serviço social no país” é tema de audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Logo após, votação de emendas ao projeto do Plano Plurianual 2012–2015.

Congresso 70 anos da Força Aérea

10h Sessão solene do Congresso Nacional para comemorar os 70 anos do Ministério da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira (FAB).

CAE Plano Plurianual

10h Discussão e votação das emendas ao Plano Plurianual 2012–2015, que serão apresentadas à Comissão Mista de Orçamento. Às 11h, audiência sobre o atual estado de endividamento da população e suas consequências.

CMMC Gestão de águas

14h Audiência pública na Comissão Mista de Mudanças Climáticas para ouvir o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, sobre as ações atuais e futuras da gestão de águas no país.

CCT Educação de base

14h Audiência “Ciência na educação de base: recurso humano para o futuro do país”, com o representante em exercício da Unesco no Brasil, Lucien Muñoz. Também votação de emendas ao projeto do Plano Plurianual 2012–2015.

CDR Biocombustível

14h O biocombustível produzido no país é tema de audiência pública, com a presença do presidente da Petrobras Biocombustível, Miguel Rossetto. Logo após, debate sobre emendas ao Plano Plurianual 2012–2015.

CMO Votação de relatório

14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento para apresentação, discussão e votação de relatório, no plenário 2 da Câmara.

Livro Paraná Central

18h30 Lançamento do livro *Paraná Central – a primeira república das Américas*, na Biblioteca Luiz Viana Filho.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Renovação de concessões para gerar energia precisará de mudança na lei

O Brasil terá de fazer alterações na legislação sobre o setor elétrico qualquer que seja a decisão tomada nos próximos anos, quando vencem contratos de 13 geradoras de energia, que respondem por 18% do potencial brasileiro. Até 2015 vencem também os contratos de nove transmissoras e 39 distribuidoras.

Durante audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI), ontem, o secretário executivo do Ministério das Minas e Energia (MME), Márcio Zimmer-

mann, afirmou que, mesmo que decida manter a regra vigente e receba o ativo fixo das usinas (para, depois, novamente licitar

a operação), o governo federal deverá fazer adequações na lei para adaptá-la ao estipulado no marco legal aprovado em 2004.

Caso opte por permitir a prorrogação dos contratos em vigor, o governo também terá de mexer na lei. O secretário executivo afirmou que, na interpretação de alguns, essa mudança tem de ser feita por emenda à Constituição.

Zimmermann lembrou ter sido coordenador de grupo de estudo sobre o assunto, estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética em 2008. Segundo ele, o grupo concluiu que as duas opções têm prós e contras, cabendo à sociedade decidir pelo modelo mais adequado. Para o secretário,

é “uma falácia” dizer que a prorrogação dos contratos aumentará as tarifas.

A presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO), afirmou que essa será “uma das mais importantes decisões políticas e administrativas desde o início do século, sob o ponto de vista de suas repercussões econômicas e sociais”.

Já o presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), disse que a decisão “mais sensata e coerente” é prorrogar as concessões atuais. Também participaram da audiência Blairo Maggi (PR-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Reditario Cassol (PP-RO).



Zimmermann (E), do MME, com Lúcia Vânia e Blairo: adaptação ao marco legal

Apesar da crise, BNDES confia em crescimento

Presidente do banco, Luciano Coutinho afirma que o país deve encarar o desafio de financiar investimentos de longo prazo com poupança interna

O PRESIDENTE DO Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, afirmou ontem no Senado que as perspectivas para a economia brasileira em 2012 são favoráveis. Apesar da crise mundial, realimentada pelo descontrole nas contas públicas na zona do euro, o Brasil tem condições de acelerar os investimentos e manter o crescimento.

– O país tem muitas alavancas que podem ser acionadas – reforçou ele na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

As oportunidades de investimento são nos segmentos de energia, infraestrutura e logística, mas Coutinho acredita em maior participação do sistema financeiro privado no crédito para novos investimentos. O BNDES, disse, deverá manter no próximo ano a mesma moderação adotada neste exercício em relação a novos empréstimos e desembolsos.

O banco elevou fortemente suas operações desde 2006, e de maneira ainda mais acentuada a partir de 2008, como parte da reação aos efeitos da crise internacional. Houve uma estabilização nos últimos dois anos, mas em níveis elevados.

As aprovações de crédito, por exemplo, foram de R\$ 74,3 bilhões em 2006, com desembolsos de R\$ 52,3 bilhões. Em



Luciano Coutinho (E) explica ação do BNDES na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por Delcídio do Amaral

2009, as aprovações subiram a R\$ 170,2 bilhões e os desembolsos, a R\$ 137,4 bilhões. No ano passado, foram R\$ 175,9 bilhões em aprovações e R\$ 143,7 bilhões em desembolsos.

Coutinho explicou que a desaceleração no ritmo de crescimento das operações foi deliberada, para estimular a entrada de fontes de financiamento privado nos investimentos de

longo prazo. A estratégia deve ser mantida em 2012, a não ser que uma piora no cenário externo acarrete problemas para o país, risco descartado por ora.

– Não estamos sentindo no caso brasileiro uma contração do crédito. Ao contrário, há robustez no sistema financeiro e empresarial, que é condição para que a gente mantenha o impulso em direção ao investimento.

Para Coutinho, o país precisa criar um sistema de financiamento de investimentos de longo prazo com poupança interna. Isso depende, entre outras condições, de maior convergência entre a taxa de juros de longo prazo e a Selic, a taxa básica de juros, o que não deve ser confundido com interferência na autonomia do Banco Central sobre a política monetária.

Demóstenes diz que CPI já tem 22 assinaturas

Demóstenes Torres (DEM-GO) anunciou que continua empenhado na instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a atuação do BNDES e que já conta com 22 das 27 assinaturas necessárias. Segundo ele, o banco teria dirigido seus empréstimos a “empresas preferenciais”, especialmente a Petrobras e as do ramo de frigoríficos e de telecomunicações. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) indagou se o BNDES não teria ajudado a “quebrar” o setor ao financiar uma expansão exagerada e pediu esclarecimentos sobre operação com o frigorífico JBS, um empréstimo transformado em participação acionária pela conversão de debêntures.

Coutinho negou favorecimento ao JBS e garantiu que a conversão ocorreu dentro das condições do contrato e de forma vantajosa para o BNDES. O banco atuou para evitar rupturas no setor, disse, admitindo que a fusão de quatro frigoríficos em dois acabou provocando maior concentração.

Marta defende investimento em mobilidade urbana no país



A necessidade de investimentos e planejamento para melhoria da mobilidade urbana nas capitais brasileiras foi defendida ontem por Marta Suplicy (PT-SP). A senadora lamentou os resultados do *Estudo Mobilize 2011*, realizado pelas entidades Mobilize Brasil e Portal 2014, que classificou a capital paulista com a pior nota do país – dois, numa escala de zero a dez.

Marta destacou que, às vésperas da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas de 2016, o Brasil tem problemas de mobilidade urbana. Ela citou os ônibus de Paris, na França, como exemplo de sistema que funciona: chegam às paradas exatamente no horário divulgado. Segundo ela, pontualidade, limpeza, conforto e preço honesto fazem os passageiros deixarem carros em casa para usufruírem do transporte público.

Humberto Costa elogia Programa Melhor em Casa



Humberto Costa (PT-PE) elogiou o lançamento do Programa Melhor em Casa, ontem, pela presidente Dilma Rousseff. O objetivo é ampliar o atendimento domiciliar pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com investimento de R\$ 1 bilhão.

O parlamentar explicou que o programa vai atender idosos e pacientes com mobilidade reduzida e em situação pós-cirúrgica ou de pós-internação hospitalar. Médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e fisioterapeutas farão o atendimento multidisciplinar na casa do paciente, com autorização de sua família.

– Esse programa, mais do que reduzir filas nos hospitais, vai tirar o paciente em recuperação do leito hospitalar e levá-lo para ser cuidado em casa, no conforto do lar, perto da família – afirmou o senador.

Jayme Campos: bolsas do governo estimulam ociosidade



Ao comentar resultado de pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) segundo o qual mais de 50% dos brasileiros com idade de 19 a 29 anos não estão empregados, Jayme Campos (DEM-MT) atribuiu ao governo federal a responsabilidade pela situação. Segundo ele, a “proliferação desenfreada de bolsas de auxílio” aumentou muito no país o número de pessoas ociosas.

– O governo manipula as classes menos favorecidas, ao “igualar por baixo”; ao premiar a mediocridade e ao distribuir pão e circo para calar as massas – disse.

Na avaliação de Jayme Campos, a escassez de mão de obra para preencher vagas seria causada pelas políticas assistencialistas, as quais criam, segundo ele, a noção errada de que o trabalho não compensa.

Protesto acaba em confronto com polícia; estudante é detido

Um grupo de manifestantes que protestava contra o projeto do novo Código Florestal – parte deles estudantes universitários – entrou em conflito com a Polícia Legislativa do Senado ontem à tarde.

Um dos manifestantes, o estudante Rafael Pinheiro Rocha, recebeu uma descarga de choque elétrico, disparada por uma pistola do tipo taser, e chegou a ficar desacordado. Em seguida, foi detido.

O depoimento do manifestante foi acompanhado pela senadora Marinor Brito (PSOL-PA).

Ao chegar às dependências da Polícia do Senado, o jovem estava algemado, o que levou a senadora a reclamar de “excessos”. Ela defendeu uma apuração rigorosa do episódio.

De acordo com os manifestantes, o conflito começou quando um deles tentou colocar um cartaz de protesto na porta da sala onde acontecia a votação

do projeto do novo Código Florestal.

Além de acusar os policiais de “truculência”, os manifestantes afirmaram que um homem à paisana os agrediu várias vezes.

Sobre essa denúncia, Marinor Brito declarou: – Não é estranho que os capangas do agronegócio circulem entre as pessoas de bem.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) presenciou o protesto e tentou intermediar um acordo com os manifestantes.

A manifestação ocorreu durante a votação do projeto do novo Código Florestal nas comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura (CRA) do Senado.

Nessa votação, que foi conjunta, o texto-base foi aprovado. Uma vez analisados os destaques, o que está marcado para hoje, o projeto será encaminhado para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).



Manifestantes e policiais se enfrentam na votação do Código Florestal

Sarney afasta policial que usou pistola de choque contra aluno

O presidente do Senado, José Sarney, determinou o afastamento do policial legislativo que usou uma arma de choque (taser) contra um estudante que protestava contra o novo Código Florestal.

Sarney exigiu que os “lamentáveis acontecimentos” de ontem sejam apurados em 15 dias. O policial ficará afastado até que a investigação seja concluída.

“O presidente Sarney reafirmou que o Senado Federal jamais tolerará violência ou qualquer tipo de abuso contra aqueles que se dirigem à Casa para defender suas ideias democraticamente”, informou nota da Secretaria Especial de Comunicação Social.

Segundo o diretor da Polícia do Senado, Pedro Ricardo Araújo Carvalho, não houve excessos, mas ações legítimas dos policiais para proteger parlamentares, servidores, o público que assistia à votação e o patrimônio do Senado.

– Um jovem chamado Rafael se excedeu, recebeu voz de prisão e jogou-se no chão fingindo estar desacordado. Ele foi levado pelos policiais e, ao chegar perto dos elevadores, tentou fugir dando chutes e pontapés. Só nesse momento foi usada a pistola. Esse jovem admitiu tudo isso em depoimento aqui na Polícia do Senado mais tarde e não quis fazer exame no Instituto Médico Legal ou abrir representação contra qualquer policial – contou.

Carvalho disse que os manifestantes entraram pelos vários acessos do Senado em “efeito formiga”. No fim da votação, segundo o diretor, tentaram colar cartazes em paredes, mas foram impedidos pelos policiais. Por isso, passaram a xingar senadores e servidores. Depois, desafiaram os policiais legislativos, ameaçando agredi-los. Diante desse comportamento, segundo Carvalho, a polícia foi obrigada a agir.

Relatório do senador Luiz Henrique teve voto favorável dos 15 integrantes da CRA e passou com 12 votos a favor e 1 contrário na CCT. Texto divide o projeto em duas partes: a permanente, para regular o uso e a proteção de áreas florestais; e a transitória, que trata das áreas protegidas que foram desmatadas de forma irregular

Projeto de novo Código Florestal é aprovado em duas comissões

AS COMISSÕES DE Agricultura (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovaram ontem o texto-base do relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) sobre o projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11). No entanto, a votação dos destaques ficou para hoje, também em reunião conjunta das duas comissões.

O relatório recebeu 12 votos favoráveis e um contrário na CCT e foi aprovado pelos 15 senadores da CRA presentes à reunião. Já a votação dos destaques deve dividir os parlamentares, que tentam chegar a um entendimento até a próxima reunião.

Luiz Henrique já havia lido seu relatório no dia 25 de outubro, mas pediu de vista coletiva adiou a votação. Na apresentação de ontem, ele relacionou as novas emendas apresentadas ao texto, informando ter acatado três – uma para aperfeiçoar o texto do artigo que trata de atividades consolidadas em manguezais até 2008 e duas modificando a redação de artigo sobre o Plano de Suprimento Sustentável, a ser elaborado por indústrias que utilizam grande quantidade de matéria-prima florestal.

O texto aprovado divide o novo Código Florestal em duas partes: uma com regras permanentes, para regular o uso e a proteção de áreas florestais; e outra com normas transitórias, que tratam da regularização das áreas protegidas que foram desmatadas de forma irregular.

Nas disposições transitórias, Luiz Henrique manteve os programas de regularização ambiental (PRAs), previstos no texto da Câmara, como norteadores para resolver o passivo ambiental. Os programas terão

normas gerais definidas pela União e normas específicas fixadas pelos estados e pelo Distrito Federal.

Nas disposições permanentes, entre outros ajustes, o relator incluiu a indicação de criação, pelos governos federal e estaduais, de programa de incentivos econômicos para a manutenção e recuperação de vegetação nativa. Os programas deverão premiar e remunerar agricultores que mantiverem áreas florestadas e que prestam serviços ambientais que beneficiem toda a sociedade.

Áreas protegidas

Luiz Henrique inseriu os manguezais como áreas de preservação permanente. O ecossistema é considerado área protegida na lei em vigor, mas havia sido retirado do texto aprovado na Câmara. Em seu substitutivo, o relator estabelece a proteção, mas regulariza atividades consolidadas até 2008 em apicuns e salgados, que fazem parte dos mangues.

O relator também incluiu artigo prevendo que a União, estados e o DF realizarão em conjunto um inventário florestal, para permitir o monitoramento da qualidade das florestas existentes em terras públicas e privadas.

O texto mantém alteração feita pelo senador, detalhando as hipóteses de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto para intervenção em áreas protegidas. Também permanece norma para autorização de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural em área de preservação permanente (APP) exclusivamente para atividades consolidadas até julho de 2008.

Destaques devem ser votados hoje e ainda dividem senadores

Os senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentaram, cada um, três destaques ao projeto. Entre as sugestões de Rollemberg, está norma para recuperação de APPs em rios com mais de dez metros de largura. O relatório já prevê que, para rios com até essa largura, seja obrigatória a recomposição de 15 metros de mata ciliar, mas é omissa quanto a rios mais largos.

O senador pelo DF propõe 30 metros de APP para rios de 10 a 100 metros; 50 metros de APP para rios de 100 a 200 metros de largura; e 100 metros de APP para rios com largura acima de 200 metros.

Ele também quer modificar o texto para deixar explícito que a desobrigação de recomposição de reserva legal, nos casos de propriedades de até quatro módulos fiscais, só é válida para as propriedades que tinham quatro módulos em 22 de julho de 2008. O senador considera que essa exigência não está clara no texto de Luiz Henrique.

Rollemberg propõe ainda incluir dispositivo para prever que uma das formas de recuperação de espécies

nativas seja a regeneração natural, “já que, em muitos casos, o mero isolamento de uma APP, por muitos anos seguidos, é capaz de promover a sua regeneração”.

Já Valadares sugere que a delimitação de mata ciliar seja a partir do leito maior dos rios (no período de cheias) e não da calha regular, como consta do texto. O senador também propõe que seja detalhada a regra para situações excepcionais de supressão da vegetação nativa em APP. Ele sugere ainda que o prazo para adesão a programa de regularização ambiental seja prorrogado por uma única vez. Conforme argumenta, a possibilidade de prorrogações indefinidas, como consta do texto, configura “anistia eterna” para aqueles que desmataram irregularmente.

Ao comentar os destaques, Luiz Henrique disse ser consenso que a APP em margens de rios seja delimitada a partir da calha regular. Quanto aos outros destaques, o relator disse considerar possível que sejam acatados na Comissão de Meio Ambiente (CMA), para onde o texto seguirá após a conclusão da votação na CRA e CCT.



Kátia Abreu discute o projeto com Luiz Henrique (C) e Maldaner (D) na reunião da CRA e CCT, presididas por Gurgacz (E) e Braga (2ª à esq.).

Relator acredita que CMA deverá fazer ajustes no texto

O projeto de reforma do Código Florestal poderá receber novos ajustes na Comissão de Meio Ambiente (CMA), na previsão de Luiz Henrique. A matéria será enviada a essa comissão após votação de destaques, prevista para hoje.

Na discussão realizada na reunião conjunta de ontem, Luiz Henrique disse que seu texto é fruto de entendimentos com os senadores e também com os deputados, que voltarão a analisar a matéria, e com o governo, que tem a prerrogativa de

vetar o projeto no todo ou em parte.

Na opinião do relator, o Senado deve trabalhar pela aprovação de um texto que não corra o risco de ser rejeitado pelos deputados ou vetado pelo governo. Foi buscando esse entendimento que ele deixou de acatar muitas emendas ao projeto do novo Código Florestal.

– O texto aqui apresentado está longe de representar a minha convicção. Mas representa o consenso mínimo, um projeto viável, que não seja derrubado na Câmara ou

vetado pelo governo – disse.

O presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), também considera que o texto não é o ideal, mas o “possível”. Ele também aposta no entendimento em torno dos destaques e em novos ajustes na CMA.

Para Luiz Henrique, Jorge Viana (PT-AC), relator na CMA, poderá incluir no texto um capítulo específico para tratar de áreas de preservação permanente (APPs) em zonas urbanas e outro para a agricultura familiar, entre outros ajustes.

Kátia Abreu e Marinor Brito evidenciam divergências

Na reunião conjunta das comissões, Kátia Abreu (PSD-TO) criticou iniciativas que procuram aumentar a proteção de margens de rios, como os destaques apresentados por Rodrigo Rollemberg. Ela foi contestada por Marinor Brito (PSOL-PA), que disse que “a verdade nacional não é a do agronegócio”.

Segundo Kátia, os produtores rurais ocupam 38% do território nacional, mas em suas áreas já existem cerca de 100 milhões de hectares de áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais. De acordo com ela, os produtores rurais são responsáveis por 40% das exportações, um terço do emprego e 25% do PIB.

– Qualquer diminuição [adicional] nessas áreas implica a piora desses indicadores – alertou a senadora. Marinor Brito, por sua vez, disse que “70% da comida que está no prato dos brasileiros provém da agricultura familiar, enquanto o agronegócio produz commodities para exportação”. Também afirmou que “a floresta não pode ser pensada como parte do interesse deste ou daquele setor, mas sim como um interesse nacional”.

Também houve divergências sobre a tramitação do projeto. Marinor e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendiam o adiamento da votação para a próxima semana. Eles argumentavam que o relator modificou seu voto e que o regimento das

comissões estabelece que, a cada mudança de relatório, é permitido novo prazo para análise. Na condução dos trabalhos, Eduardo Braga submeteu o entendimento do dia 25 a nova votação, que foi acatado pelas comissões. Marinor tentou ainda o recurso de verificação de quórum, mas contagem feita por Eduardo Braga mostrou haver número suficiente de senadores.

Por sugestão de Rollemberg, foi feita votação nominal do projeto, o qual, de acordo com o regimento, poderia passar por votação simbólica nas comissões. O texto-base do relatório foi aprovado pelas comissões, que farão hoje o exame dos destaques.

Ana Amélia diz que questão está acima de contenciosos

Ana Amélia (PP-RS) comemorou a aprovação do projeto do novo Código Florestal. A senadora considerou a sessão “democrática e valiosa” e elogiou o “comando equilibrado” dos presidentes da CCT, Eduardo Braga, e da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), além da participação do presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg.

– Fala-se muito em contenciosos entre os produtores rurais e ambientalistas. Não é nada disso. O projeto é importante para todos os brasileiros. É o interesse nacional que está prevalecendo – ponderou. Ana Amélia citou dados da Empre-

sa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) segundo a qual dos 5,2 milhões de famílias de produtores rurais, 3,7 milhões têm renda



Senadora acredita que o projeto faz prevalecer o interesse nacional

bruta de 0,4 salário mínimo mensal ou 4,8 salários mínimos anuais.

Segundo ela, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, já afirmou que o Brasil é “a maior plataforma continental de produção agrícola”, necessitando apenas recuperar pastagens degradadas e investir em tecnologia e melhoramento genético.

A senadora disse que é preciso compatibilizar crescimento econômico com sustentabilidade, dando segurança jurídica aos produtores rurais.

Geógrafa propõe “redes de bioprodução”

Aos 72 anos, a geógrafa Bertha Becker entusiasmou uma plateia de adolescentes no Congresso Nacional, com propostas inovadoras para o futuro da Amazônia. Para ela, o Brasil deveria tecer uma “rede de cidades da bioprodução”, equipada para industrializar produtos provenientes da biodiversidade da região, além de fazer de Manaus uma “cidade mundial”, especializada na oferta a todo o mundo de serviços ambientais derivados da floresta amazônica.

– Diante de tantos jovens ela foi a mais jovem entre todos nós – disse a senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia, na abertura do 5º Simpósio Amazônia, promovido com a Câmara de Deputados, desta vez com o tema “Uma visão jovem para o futuro sustentável da região”. A abertura do evento contou com a presença, entre outras autoridades, do 1º secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), do ministro das Cidades, Mário

Negromonte, e do governador do Amapá, Camilo Capiberibe.

Professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desde a década de 1970 se dedica a pesquisar a região, Bertha Becker salientou no primeiro debate do simpósio que 72% da população da Amazônia vive em núcleos urbanos. Se as cidades exerceram um importante papel na ocupação da região, até agora não foram capazes de promover o desenvolvimento.

As principais cidades da região, ressaltou, estão ligadas à exportação de produtos naturais, sem agregação de valor.



Vanessa Graziotin e Cícero Lucena (C) participam da abertura do encontro

Em sua opinião, as cidades da Amazônia devem unir-se em um esforço de industrialização local e de prestação de serviços ambientais. Ela propôs ainda a criação do Instituto do Coração Florestal, destinado a elaborar estratégias de longo prazo para a região; de parques tecnológicos capazes de agregar valor à produção local; e de uma instituição destinada a promover o processamento de madeiras certificadas.

– Até hoje se exportam produtos da Amazônia sem agregação de valor, e o grande lucro se dá no exterior – observou a geógrafa.

Vanessa: região exige investimento responsável

O 5º Simpósio Amazônia e Desenvolvimento Sustentável é dedicado à visão do jovem para o futuro da região, ressaltou em Plenário Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), que coordenou um dos debates do evento.

A senadora afirmou que a Amazônia tem tratamento prioritário no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, enfatizando que os investimentos na região devem ser

ambientalmente responsáveis.

A Amazônia é uma importante área ambiental para o país e para o mundo, com a maior parte de sua área ainda florestada; a maior reserva de água doce do Brasil; uma extensa reserva mineral, ainda pouco explorada; e a biodiversidade mais rica do planeta, afirmou.

– Quando falamos em desenvolvimento sustentável, falamos naturalmente de ciência, tecnologia e inovação. Precisa-

mos de um olhar especial voltado para a Amazônia. Queremos que a Zona Franca de Manaus se consolide e que se consolide cada vez mais. Mas, ao lado da Zona Franca, precisamos desses outros investimentos, na piscicultura, no uso da madeira manejada e no uso de produtos para cosméticos e medicamentos fitoterápicos. A bancada do Amazonas no Congresso estará cada vez mais mobilizada para isso – declarou.

Adiada votação sobre Parque da Serra da Canastra

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) adiou, por falta de quórum, a votação de substitutivo a projeto de lei da Câmara (PLC 148/10) que redefine os limites territoriais do Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais. Apesar disso, o relator da matéria, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), apresentou parecer favorável, propondo a localização do parque em 120.552 hectares e a criação do Monumento Natural dos Vales da Canastra, com área aproximada de 76.485 hectares.

Embora o Decreto 70.355/72 tenha estabelecido área aproximada de 200 mil hectares para o parque, sua implantação efetiva só ocorreu em 72 mil.

A intenção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) de recuperar a delimitação original acabou despertando conflito com a comunidade local. A proposta legislativa surgiu para pôr fim à disputa, conciliando a proteção ambiental com o reconhecimento de povoações históricas e a manutenção de atividades econômicas tradicionais como a mineração.

Para bancada no Senado, Amazonas busca alternativas

Em debate no programa *Assunto de Estado*, transmitido na segunda-feira pela TV e pela Rádio Senado, Alfredo Nascimento (PR), Eduardo Braga (PMDB) e Vanessa Graziotin (PCdoB) discutiram o desenvolvimento sustentável do Amazonas. Eles defenderam a importância de seu estado, sustentando que a preservação não deve impedir a busca de alternativas econômicas, e apontaram deficiências de infraestrutura que dificultam a interiorização do desenvolvimento.

Os três senadores defenderam a Zona Franca de Manaus, cuja natureza, segundo Alfredo Nascimento, não é bem compreendida pelo resto



TV Senado reúne Vanessa, Braga e Nascimento em debate transmitido ao vivo



Paim (C) defende a criação de cargos de advogado da União, entre Juliano Dossena, Marcos Silva, Fernando Faria e Luis Palacios

Advogados públicos reivindicam plano de carreira

Em 2010, houve evasão de 26% dos concursados contratados na Advocacia-Geral da União, segundo a associação de servidores. Estruturação da carreira é apontada como solução

PLANO DE CARREIRA e de salários para a Advocacia-Geral da União (AGU), melhor infraestrutura nas unidades, concurso público e autonomia administrativa. Essas foram as principais reivindicações dos advogados públicos que participaram ontem de audiência na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A audiência foi requerida por Paulo Paim (PT-RS).

O advogado-geral da União substituto, Fernando Luiz Albuquerque Faria, confirmou que há carência de advogados públicos. Ele afirmou, no entanto, que há perspectiva de concurso público e que os problemas verificados na AGU devem-se ao fato de a instituição ser relativamente nova – 19 anos.

O presidente da Associação

Nacional dos Advogados da União (Anauni), Marcos Luiz da Silva, ressaltou que a advocacia pública não consegue se fortalecer em razão da grande evasão de servidores, devido a falta de plano de carreira e dificuldade de promoção ou remoção.

A evasão também foi ressaltada pelo presidente da Associação dos Servidores da Advocacia-Geral da União (Asagu), Paulo de Tarso Souza. Segundo ele, houve evasão de 26% dos concursados contratados em outubro de 2010. O Acórdão 1.571/08 do Tribunal de Contas da União (TCU) pediu regularização do quadro da AGU, com a contratação por meio de concurso, mas a recomendação ainda não foi atendida.

A categoria pede a aprovação do Projeto de Lei 7.580/10, que cria cargos de advogado da União. Paim prometeu se

empenhar para que a proposta, que ainda tramita na Câmara dos Deputados, seja aprovada.

Na avaliação do presidente da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (Unafe), Luis Carlos Palacios, a estruturação da AGU com servidores de carreira vai impedir a corrupção na administração pública. Mesmo com todas as dificuldades, observou Palacios, a Coordenação-Geral de Defesa de Improbidade Administrativa da AGU recuperou aos cofres públicos R\$ 491 milhões em 2010. Esse valor, disse, representa apenas 7% dos recursos desviados.

Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (Anape), Juliano Dossena, a crise estatal com a judicialização de questões sociais acontece em razão da falta de autonomia da procuradoria pública.

Orçamento garantido para defensorias estaduais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto que assegura condições para que as defensorias públicas estaduais, que prestam assistência jurídica gratuita a pessoas sem recursos, possam exercer a autonomia funcional e administrativa prevista na Constituição. A proposta (PLS 225/11 – Complementar) separa o orçamento de pessoal das defensorias das despesas do Executivo estadual.

O projeto muda a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para reduzir de 49% para 47% da receita líquida corrente (RLC) as despesas do Executivo de cada estado com pessoal. A diferença de 2% passa a ser o teto da defensoria estadual, deixando de haver “impedimentos” à autonomia, conforme o autor, José Pimentel (PT-CE). Em contrapartida, o



Senador Benedito de Lira (E) lê parecer favorável a projeto de José Pimentel

órgão fica submetido às regras de responsabilidade fiscal.

O texto, já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), agora vai a Plenário.

Pimentel ressaltou as transferências feitas para as defensorias das 27 unidades federativas e para o Ministério Público: enquanto as representações do MP recebem percentuais acima de 1,5% ou ainda mais perto do teto de 2% reservado à instituição, as defensorias quase sempre são contempladas com menos de 0,5%. Apenas dois estados transferem acima de 1%: Rio de Janeiro (1,04%) e Paraíba (1,02). Os menores percentuais estão registrados em São Paulo (0,10%) e Paraná (0,07%).

– Esses números expressam a desconsideração dos estados com as defensorias, com quadros muito abaixo das necessidades. Não podemos permitir que a acusação tenha maior força para se expressar que a defesa – apelou Lídice da Mata (PSB-BA).

Aprovadas três indicações ao Conselho Nacional do MP

O Senado encaminhará à Procuradoria-Geral da República e à Presidência da República os resultados da votação realizada ontem em Plenário sobre três nomes indicados para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A promotora de Justiça Claudia Maria de Freitas Chagas e o procurador da República Mario Luiz Bonsaglia foram indicados para recondução pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, enquanto o consultor legislativo Fabiano Augusto Martins Silveira foi escolhido para a vaga reservada ao próprio Senado.

Fabiano Silveira disputou a vaga do Senado com o juiz auditor militar José Barroso Filho, em votação secreta, já

que os partidos não chegaram a um consenso para indicação única. Silveira substituirá o também consultor legislativo Bruno Dantas.

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) alertou que a indicação de mais um juiz desequilibraria o quadro do CNMP, dividido entre representantes da Câmara, do Senado, dos promotores, dos juizes e dos advogados.

Segundo Demóstenes, existe precedente considerando inconstitucional a indicação de juizes, promotores e advogados pelo Senado ou pela Câmara. Ele pediu apoio a Fabiano Silveira, que venceu a disputa com 51 votos, contra 14 em favor do juiz José Barroso. Houve 2 votos em branco.



Eunício Oliveira (C) preside sabatinas de Claudia Chagas e Mario Bonsaglia

Anatel tem dois novos diretores em seu conselho

O Senado acatou duas indicações presidenciais para o conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). As aprovações serão comunicadas à presidente Dilma Rousseff. Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Rodrigo Zerbone Loureiro substituirão, respectivamente, Antônio Bedran e Ronaldo Mota Sardenberg. Ambos foram sabatinados pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) em 25 de outubro.

Na CI, Hobaika disse que a Anatel precisa ser reestruturada para se aproximar mais do usuário dos serviços de telecomunicações. Loureiro, por sua vez, ressaltou que o consumidor cada vez mais exige fiscalização eficiente dos serviços prestados pelas operadoras. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Walter Pinheiro (PT-BA) apresentaram pareceres favoráveis às indicações.

Senado aprova indicados para embaixadas

O Senado aprovou ontem indicações para as embaixadas do Brasil nos Emirados Árabes Unidos, Azerbaijão e Cabo Verde. A votação para Haiti e Suriname foi adiada para hoje.

João de Mendonça Lima Neto será o novo embaixador nos Emirados Árabes. Em outubro, ele destacou para senadores a possibilidade de atração de investimentos pelos fundos soberanos do país árabe, que reuniriam cerca de US\$ 600 bilhões.

No Azerbaijão, o novo chefe da missão diplomática será Sergio de Souza Fontes Arruda. Em outubro, ele observou que as trocas comerciais ainda são modestas, mas frisou que o país da Ásia vem tentando diversificar sua economia.

Já a embaixada em Cabo Verde será chefiada por João Inácio Oswald Padilha, que ressaltou o desejo do país de servir de entreposto comercial do Brasil com os países da costa oeste africana.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: vago*
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges**, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Geovani Borges • José Sarney • Cícero Lucena • Benedito de Lira • Randoife Rodrigues

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

* Vago em razão da posse de Cássio Cunha Lima no lugar de Wilson Santiago ** Licenciado

Marinor registra apoio a greve de professores do Pará



Marinor Brito/Senado Federal

Marinor Brito (PSOL-PA) manifestou em Plenário seu apoio à greve dos professores do estado do Pará. Na segunda-feira, ela esteve, em Belém, em evento que contou com quase 2 mil educadores da rede de ensino estadual. Os docentes decidiram permanecer em greve, pedindo piso salarial, implantação de plano de carreira e melhores condições de trabalho. A greve, que já dura 43 dias, é polêmica, mas justificável, disse Marinor.

– É preciso fazer uma grande mobilização no país para que a educação seja respeitada – disse.

A senadora criticou decisão judicial que multou o movimento, criticando a Justiça por não obrigar o estado a cumprir acordos assumidos.

Geovani Borges comemora nova agência do INSS



Geovani Borges/Senado Federal

Geovani Borges (PMDB-AP) registrou a presença do ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho na inauguração de agência na cidade de Oiapoque, no Amapá. O parlamentar salientou a importância do fato diante das condições da região: moradores gastavam cinco horas, de ônibus, para chegar à agência da Previdência Social mais próxima, sendo que a estrada se torna intransitável no período de chuvas.

– Isso criava um enorme vácuo entre a população e os serviços previdenciários. Atendia-se, portanto, uma reivindicação antiga e legítima da população com a inauguração da agência de Oiapoque – afirmou.

Acre é finalista em prêmio da Opas, comemora Anibal



Anibal Diniz/Senado Federal

Anibal Diniz (PT-AC) registrou a presença do Acre entre os finalistas em premiação da Organização Panamericana de Saúde (Opas). O prêmio, a ser entregue em Washington, Estados Unidos, reconhece ações bem-sucedidas no combate à malária. Representando o Brasil, o Programa Estadual de Controle da Malária do Acre concorre com iniciativas de Honduras e Nicarágua.

– A experiência utilizada no Acre foi muito bem-sucedida e o governador Tião Viana teve participação direta, desde a época em que era senador – afirmou.

De acordo com o governo do estado, em 2011 houve redução de 40% nos casos com relação ao mesmo período do ano anterior, disse o senador.

Avaliação foi feita pela entidade Articulação de Mulheres Brasileiras, que cobrou mais verba do governo para reduzir violência contra mulheres e morte de grávidas

País falha nas políticas de igualdade entre os sexos

O ESTADO BRASILEIRO está falhando em seu compromisso de acabar com a desigualdade entre homens e mulheres.

A avaliação é da coordenadora da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Guacira de Oliveira, que participou ontem de uma audiência da Comissão de Direitos Humanos.

Segundo ela, há várias áreas com problemas, como saúde e segurança. A meta de reduzir em 15% a morte de grávidas e mulheres em aborto não foi atingida. Tampouco a de reduzir os homicídios e a violência.

– As mulheres estão morrendo por omissão do Estado. O Legislativo tem de fazer sua parte: garantir mais recursos e também cobrar do Executivo.

Os participantes da reunião criticaram a baixa execução orçamentária das políticas para as minorias. Reivindicaram mais verbas para as secretarias de Direitos Humanos e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que receberão menos recursos no próximo ano.

– A Secretaria de Direitos Humanos sofrerá cortes de 20% [em 2012]. A da Igualdade Racial, 67%. Isso é inadmissível, principalmente levando-se em conta que já têm orçamentos enxutos – lamentou a deputada Janete Pietá (PT-SP), coordenadora da bancada feminina da Câmara.

A audiência foi realizada para ouvir sugestões de movimentos sociais que possam ser incorporadas ao Orçamento 2012 e ao Plano Plurianual (PPA) 2012–2015.

Pietá pediu aos relatores do Orçamento e do PPA que não deixem as secretarias perderem



Tatau Godinho/Senado Federal

Tatau Godinho, Ângela Portela, Guacira de Oliveira e Marga Janete Ströher

tanto. E defendeu a inclusão de políticas para os quilombolas, iniciativa que recebeu apoio do senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Outro lado

A secretária de Planejamento da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, Tatau Godinho, rebateu as críticas de que a execução orçamentária de áreas sociais esteja baixa.

Segundo ela, apesar do contingenciamento determinado pela União, sua secretaria já executou 99% do orçamento autorizado para 2011. Disse

que 17 estados estão inadimplentes com a União e não podem, portanto, receber recursos – o que se reflete na execução dos projetos e ações.

O relator do PPA 2012–2015, senador Walter Pinheiro (PT-BA), orientou as entidades a tentar incluir suas sugestões nas diferentes comissões:

– Não adianta ficar só na de Direitos Humanos e na de Assuntos Sociais.

A audiência foi presidida pela senadora Ângela Portela (PT-RR). Também participaram o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e a deputada Luciana Santos (PCdoB-PE).

Veículos de transporte escolar podem ter isenção de IPI

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou projeto (PLS 131/11) do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) que isenta veículos de transporte escolar do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Para tanto, os veículos devem ser de fabricação nacional, ter capacidade mínima para oito pessoas e ser adquiridos pela administração pública, sendo destinados ao transporte escolar. A proposta terá decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

“O transporte escolar desenvolve importante e essencial papel na melhoria das condições da educação de nosso país, na medida em que garante o acesso de crianças e adolescentes às instituições de ensino”, justifica Eunício

O relator, Vicentinho Alves (PR-TO), apresentou voto favorável à aprovação em que lembra que o transporte escolar assume relevância especial

nas áreas rurais, carentes de serviços de transporte público. Apesar do apoio financeiro de programas específicos mantidos pelo Ministério da Educação, os estados e municípios arcam com os custos de uso e manutenção dos veículos. “Se a isenção proposta no projeto em análise for adotada, eles disporão de mais recursos para fazer face às exigências do transporte escolar”, afirma.

Educação a distância

Hoje a CE realiza audiência pública sobre educação a distância para a graduação em serviço social no país. Entre os convidados, estão representantes do Ministério da Educação, do Conselho Federal de Serviço Social e da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância.

Após a audiência pública, o colegiado se reúne para discutir e votar as emendas da comissão ao Plano Plurianual (PPA) 2012–2015

Walter Pinheiro cobra novo pacto federativo no país

Walter Pinheiro (PT-BA) voltou a defender um novo pacto federativo no país. Para ele, o atual sistema tributário, aliado à distribuição desequilibrada de recursos, faz do Brasil mais um estado unitário que uma federação, tendo em vista que quase 60% da arrecadação ficam com a União, cabendo aos estados e municípios o restante do bolo. Essa concentração de recursos, afirmou, “é a mesma que prote-la a sempre reivindicada, prometida e nunca realizada” reforma tributária, o que compromete a formação do FPE e FPM.



Walter Pinheiro/Senado Federal

Benedito de Lira registra centenário de Arnon Mello

Benedito de Lira (PP-AL) lembrou o centenário de nascimento de Arnon Afonso de Mello. Nascido em setembro de 1911, o pai do senador Fernando Collor (PTB-AL) foi empresário, jornalista e advogado, além de governador, deputado federal e senador por três mandatos, cargo que ocupava quando morreu, em 1983.

– Alagoas muito se beneficiou da administração desenvolvimentista e progressista daquele homem público. Diversas obras de projeção marcaram esse período – disse Lira.



Arnon Afonso de Mello/Senado Federal

Amorim anuncia obras do Hospital do Câncer em SE

Eduardo Amorim (PSC-SE) registrou a entrega ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, de abaixo-assinado com mais de 150 mil apoios coletados em Sergipe a favor do Hospital do Câncer no estado. Políticos e autoridades locais agradeceram a liberação das verbas para as obras.

– O pai da ideia é o sofrimento, e a mãe, a necessidade do povo sergipano – frisou o senador.



Eduardo Amorim/Senado Federal

SENADOR COMEMORA 40 ANOS DA TV SERGIPE

Eduardo Amorim comemorou os 40 anos da televisão em seu estado. Ele lembrou que a TV Sergipe foi sonhada pelo radialista Nairson Menezes e concretizada com a ajuda de um grupo de empresários liderados por Francisco Pimentel Franco. Ele lembrou que a emissora teve 900 cotas vendidas, tornando-se a única do país que nasceu com participação popular.

Cássio Cunha Lima toma posse no Senado

Tomou posse ontem o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Ele tinha sido impedido de assumir o cargo devido às restrições da Lei da Ficha Limpa, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) acabou decidindo que as regras não poderiam ser aplicadas às eleições de 2010.

Cunha Lima foi conduzido à Mesa pelos senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Cícero Lucena (PSDB-PB). Logo após tomar posse, o senador fez um relato de sua trajetória política e comentou a origem de sua condenação pela Justiça Eleitoral, que o privou do mandato de governador da Paraíba em 2009. Ele declarou-se convicto de sua inocência no caso.

Cunha Lima disse que perdeu o mandato "por uma interpretação subjetiva e equivocada" do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB). A condenação indevida, conforme afirmou, ocorreu porque o TRE entendeu que ele havia interferido no resultado da eleição para governador, em 2006, por meio de um programa de seu primeiro mandato (2003-2007), semelhante ao Programa Bolsa Família.

— Ao longo de meus 18 anos de vida pública não sou uma única condenação por improbidade administrativa. Não tenho uma única imputação de débito, seja do Tribunal de Contas da União ou do Tribunal de Contas do Estado. Todas as minhas contas foram aprovadas. O que me permite dizer com toda tranquilidade: mais do que uma ficha limpa, eu tenho uma vida limpa — declarou, avaliando que a punição de perda do mandato foi "extremamente severa".



Senador diz que decisão equivocada tirou-lhe o cargo de governador

Em audiência, presidente da OAB disse que decisão positiva garantirá segurança a eleições; Movimento de Combate à Corrupção argumentou que, sem a validação da lei, haverá o risco de deixar de exigir ficha limpa dos servidores públicos

Senadores e entidades creem que STF será favorável à Lei da Ficha Limpa

SENADORES E ENTIDADES da sociedade civil que participaram de audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH), manifestaram a expectativa de que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida — hoje — pela constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.

Segundo o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 30, proposta pelo Conselho Federal da OAB, objetiva evitar que candidatos questionem a validade da lei em 2012 — como ocorreu em 2010, quando foram ajuizadas, após o resultado da eleição, várias ações contra a validade da lei.

— É importante para a segurança jurídica do candidato e do eleitor que as regras estejam predefinidas. Não se pode ir para o jogo e, depois do jogo, decidir no tapetão quem vai ou não manter o mandato — disse.

Defensores da inconstitucionalidade alegam que a lei fere o princípio da presunção de inocência, já que a Constitui-



Francisco Praciano, Paulo Paim, Pedro Simon, Marcelo Lavenère e Jovita José Rosa participam de audiência no Senado

ção garante que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da condenação (condição irreversível).

O presidente da OAB discorda. E cita a Constituição.

— Para ser servidor público, é necessário ter ficha limpa. O que se quer é estender essa previsão legal aos políticos.

Representante do Movimento de Combate à Corrupção (MCC), Jovita José Rosa alertou para a possibilidade de que, caso o

Supremo considere que a Lei da Ficha Limpa fere o princípio da presunção de inocência, candidatos ao serviço público — à polícia, por exemplo — exijam o mesmo tratamento.

Outro argumento dos que são contra a aplicação da Lei da Ficha Limpa é o de que ela iria contra outro princípio constitucional, o que trata da irretroatividade da lei. Na Constituição, há a previsão de que a lei penal não poderá retroagir, a não ser

para beneficiar o réu.

— O princípio do direito penal não tem absolutamente nenhuma interface com a demonstração das condições de elegibilidade do candidato — diz Marcelo Lavenère, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Autor do requerimento para a realização da audiência, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que irá hoje ao Supremo acompanhar a decisão.



Senador faz apelo ao STF

Para Suplicy, lei interessa à população

Eduardo Suplicy pediu aos ministros do STF que levem em consideração a relevância política e social da Lei da Ficha Limpa para o povo brasileiro. Para ele, o julgamento não deve se restringir a uma interpretação literal da Constituição, mas repercutir os interesses da população, "que anseia por representantes políticos capazes de bem proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato".

Pedro Simon: dia importante para história do país

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ter "certeza absoluta" de que o Supremo vai decidir pela validade da Lei da Ficha Limpa.

— Amanhã [hoje] talvez seja o dia mais importante da história recente deste país — declarou.

Segundo o senador, o governo Dilma Rousseff já sinaliza a exigência da ficha limpa para cargos do Executivo. Simon afirmou que o decreto já está quase pronto. De acordo com ele, assim que o STF decidir pela validade da Ficha Limpa, o Executivo vai passar a fazer a exigência.

— Amanhã [hoje], o Brasil começa a mudar — disse.



Senador rebate críticos da lei

Moralidade é destacada por Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) observou que, ao contrário do que dizem os críticos da Lei da Ficha Limpa, ela não contraria o princípio da irretroatividade da legislação penal, uma vez que não é uma penalidade, mas um requisito para a candidatura.

Trata-se, somente, acentuou, de estabelecer regras para a elegibilidade em consonância com o princípio da moralidade no exercício dos mandatos.

Maldaner quer aplicação para comissionados

Ao manifestar expectativa de que o STF decida pela constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a aplicação do requisito também para ocupantes de cargos públicos comissionados.

Na avaliação do senador, a extensão da Lei da Ficha Limpa para a administração pública geraria grandes benefícios ao país.

O parlamentar informou que o Senado, com organizações da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), deverá permanecer mobilizado por uma decisão favorável do STF sobre a Ficha Limpa.



Randolfe: lei é constitucional

Nova legislação é salto evolutivo, afirma Randolfe

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse ontem que a Lei da Ficha Limpa é constitucional. Ele lembrou que a palavra "candidato" pede proibição desde a sua origem latina, pois vem de *candidus*, "aquele que é puro, limpo".

— Me darei por satisfeito se o STF declarar que a lei é constitucional a partir de 2012. Daremos um salto evolutivo na democracia jamais visto desde a Constituição de 1988.

Corrupção tornou-se fato comum, diz Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou que a corrupção tenha se tornado um fato comum no país, "alimentando o cinismo dos corruptos".

— Nunca vi na minha vida, em lugar nenhum do mundo, seis ministros, já estou contando com o próximo, caírem por corrupção. A corrupção tomou conta deste país. O povo brasileiro, estarecido, assiste ao maior índice de corrupção da história deste país, em todos os setores — afirmou.



Waldemir Borretto/Senado Federal

Reditario Cassol: PEC dos Recursos agiliza Justiça

Reditário Cassol (PP-RO) voltou a defender a Proposta de Emenda à Constituição 15/11, a chamada PEC dos Recursos, apresentada pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Com a proposta, os recursos especiais e extraordinários são transformados em ações rescisórias e, assim, as decisões de segunda instância passam a ter eficácia imediata.

— Quando a justiça julga com rapidez, diminuem as chances de os delitos voltarem a ocorrer.



Waldemir Borretto/Senado Federal

Lídice defende memorial para Carlos Marighella

Por ocasião das comemorações do centenário de nascimento do líder guerrilheiro Carlos Marighella (1911-1969), morto pela ditadura militar, Lídice da Mata (PSB-BA) anunciou a campanha pela criação do Memorial Marighella Vive, que teve início no dia 4 deste mês, em Salvador, onde ele nasceu. A senadora informou que as comemorações prosseguirão no dia 5 de dezembro, data em que o militante completaria cem anos



Waldemir Borretto/Senado Federal

Paim agradece prêmios do Congresso em Foco

Paulo Paim registrou, em pronunciamento no Plenário, a premiação do site *Congresso em Foco* aos parlamentares mais destacados em 2011, escolhidos em votação por jornalistas e internautas. O senador disse se sentir honrado por ter recebido quatro prêmios.

— Estamos no caminho certo, cumprindo o nosso dever como parlamentar fiel às raízes — disse.

Paim foi o quarto colocado na categoria "Melhor Senador" e foi eleito como o parlamentar que mais defende a saúde e o direito do consumidor, além de ser premiado na categoria "Democracia e Cidadania".